

Declaração do cliente

Nome: _____

Número de documento de identificação: _____

Morada (habitação permanente): _____

Pedido de Atribuição da Tarifa Social

☐ Eletricidade ☐ Gás Natural

Declara, sob compromisso de honra, que, **para efeitos de atribuição da Tarifa Social** de fornecimento de energia estabelecida no Decreto-Lei nº 138-A/2010, de 28 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 172/2014, de 14 de novembro e/ou no Decreto-Lei nº 101/2011, de 30 de setembro:

- a) ☐ É beneficiário de prestação social indicada no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 172/2014, de 14 de novembro e/ou no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 101/2011, de 30 de setembro;
☐ Tem um rendimento anual inferior ao rendimento anual máximo no respetivo domicílio fiscal, estabelecido no nº3 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 172/2014, de 14 de novembro;
- b) Tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações constitui contraordenação ao abrigo do artigo 8º -A do Decreto-Lei nº 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 172/2014, de 14 de novembro;
- c) Tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a reposição dos montantes associados ao benefício da tarifa social.

Local: _____ Data: _____ - _____ - _____

Assinatura: _____

Pedido de Atribuição do ASECE

Declara, sob compromisso de honra, que, **para efeitos de atribuição do ASECE** estabelecido no Decreto-Lei nº 102/2011, de 30 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 172/2014, de 14 de novembro:

- a) ☐ É beneficiário de prestação social indicada no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 172/2014, de 14 de novembro e/ou no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 101/2011, de 30 de setembro;
☐ Tem um rendimento anual inferior ao rendimento anual máximo no respetivo domicílio fiscal, estabelecido no nº3 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 172/2014, de 14 de novembro;
- b) Tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações constitui contraordenação ao abrigo do artigo 8º -A do Decreto-Lei nº 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 172/2014, de 14 de novembro;
- c) Tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a reposição dos montantes associados ao benefício do ASECE.

Local: _____ Data: _____ - _____ - _____

Assinatura: _____